


**SEU VALOR •4**

## **Dificuldade do governo de tirar famílias da pobreza reflete na economia**

# Desigualdade aprofunda estagnação econômica

Para professor, país  
precisa criar políticas  
públicas para tirar  
13,5 mi de brasileiros  
da pobreza extrema

TATIANA PY DUTRA  
tatianapy@destakjornal.com.br

 O ano está perto do fim, e até agora, nenhuma estratégia do governo federal para impulsionar a atividade econômica pareceu atingir 100% do objetivo. Ainda que o ministro da Economia, Paulo Guedes, tenha três anos para trazer resultados, há quem duvide que haja sucesso sem redução da desigualdade social.

“Há uma questão muito simples no que diz respeito à economia: sem distribuição de renda, a economia não gira. Isso gera uma estagnação econômica primeiro e, por consequência, social, muito profundas. Infelizmente, pelo andar da carruagem, a perspectiva é de que esta situação se aprofunde ainda mais”, sustenta o professor de Serviços Sociais da Universidade Santo Amaro (Unisa), Emanuel Freitas.

A pesquisa A Escalada da Desigualdade, lançada em agosto pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), revelou que o Brasil vivia a alta mais demorada da desigualdade de renda: 17 trimestres se-

guidos. Semana passada, os dados - elaborados a partir da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua e do índice Gini, indicador que mede a diferença de renda - foram atualizados. E sugerem que a desigualdade pode estar chegando ao topo.

No segundo trimestre de 2019, o índice de Gini estava em 0,6291; no terceiro, variou 0,01%, chegando a 0,6291. Quanto mais perto de 1 maior a desigualdade.

**De acordo com  
pesquisa da FGV,  
concentração de  
renda aumenta  
há 18 trimestres**

No início do mês, o IBGE divulgou que 13,5 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza, com renda mensal de até R\$ 145. Desde 2012, tantos não viviam com tão pouco. Para Freitas, esse cenário tem a ver não apenas com o desemprego, mas com a falta de políticas que possibilitem acesso a bens e serviços públicos.

“Bens e serviços públicos nada mais são que a materialização dos direitos sociais, a cada dia mais atacados. O aprofundamento da perspectiva econômica neoliberal tem imposto aos mais pobres o pagamento de uma conta que não é sua”, afirma o professor.



Pessoas abaixo da linha da extrema pobreza vivem com até R\$ 145 por mês